
***Odonto System
Planos
Odontológicos Ltda.***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Sócios
Odonto System Planos Odontológicos Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Odonto System Planos Odontológicos Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Odonto System Planos Odontológicos Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Eventos subsequentes

Como mencionado na Nota 25, a incorporação da Odonto System Planos Odontológicos Ltda. pela OdontoPrev (sócio controlador) foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 2 de janeiro de 2019 e foi submetida à aprovação da ANS. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2.1(ii), foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 28 de março de 2018, sem ressalvas.

Odonto System Planos Odontológicos Ltda.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2018, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.1(ii) que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2017, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício de 2017 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2017 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Odonto System Planos Odontológicos Ltda.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Barueri, 15 de março de 2019



Rosalva Helena Cooper
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Relatório da Administração

(em milhares de reais)

Apresentamos as demonstrações financeiras e notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

Em 2018 o número de beneficiários atingiu 636.728, atualmente a carteira é composta por clientes empresariais (45,6%), PME's (22,0%) e individuais (32,3%).

A receita operacional líquida (ROL) (nota 19) aumentou 4,5%, passando de R\$100.734 em 31 de dezembro de 2017 para R\$105.300 em 31 de dezembro de 2018.

O custo de serviços (nota 20) passou de R\$33.042 em 31 de dezembro de 2017 para R\$31.526 em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de 4,6%. O índice de sinistralidade (custo de serviços dividido pela ROL) foi de 32,8% e de 29,9% em 31 de dezembro de 2017 e de 2018, respectivamente.

A geração de caixa operacional, medida pelo critério do LAJIDA (lucro antes dos impostos, depreciação e amortização) líquida da provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA), atingiu R\$26.959 em 2018 (R\$20.983 em 2017). A margem (LAJIDA dividido pela ROL) foi de 25,6% em 2018 (20,8% em 2017).

O lucro da Empresa foi de R\$13.714 em 31 de dezembro de 2017 e R\$17.636 em 31 de dezembro de 2018.

Balancos patrimoniais

(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31 de dezembro de		01 de janeiro de
		2018	2017 (reapresentados)	2017 (reapresentados)
Circulante		27.379	23.054	17.517
Disponível (caixa e equivalentes de caixa)	5	331	708	586
Realizável		27.048	22.346	16.931
Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado)	6	23.472	12.750	6.891
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		5.514	5.241	461
Aplicações livres		17.958	7.509	6.430
Créditos de operações com planos de assistência à saúde (clientes)	2.1 / 7	2.507	1.990	1.771
Contraprestações pecuniárias a receber		1.620	1.890	1.755
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		887	100	16
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		8	-	-
Créditos tributários e previdenciários (tributos a recuperar)	2.1 / 8	722	1.728	2.382
Bens e títulos a receber (outras contas a receber)		190	5.878	5.887
Adiantamentos a fornecedores		-	1.373	-
Adiantamentos a funcionários		123	120	-
Demais créditos a receber	9	67	4.385	5.887
Despesas antecipadas		149	-	-
Não circulante		35.832	12.143	11.892
Realizável a longo prazo		27.003	10.128	9.645
Ativos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social)	2.1 / 10	1.229	488	402
Outros ativos não circulantes		25.774	9.640	9.243
Depósitos judiciais e fiscais	11	8.253	7.270	6.321
Outros créditos a receber a longo prazo	12	17.500	2.349	2.901
Títulos e créditos a receber		21	21	21
Imobilizado	13	8.605	1.704	1.822
Uso próprio		7.637	629	1.493
Outras imobilizações		968	1.075	329
Intangível (licenças de uso de softwares)		224	311	425
TOTAL DO ATIVO	2.1	63.211	35.197	29.409

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31 de dezembro de		01 de janeiro de
		2018	2017 (reapresentados)	2017 (reapresentados)
Circulante		11.241	16.086	15.660
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		5.746	9.052	9.231
Provisão de prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG)	2.1 / 14.2	4.538	4.541	3.763
Provisão de eventos/sinistros a liquidar (PESL)	14.2	1.124	4.426	5.358
Provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)	14.2	84	85	110
Débitos de operações de assistência à saúde		153	-	-
Receita antecipada de contraprestações/prêmios		54	-	-
Comercialização sobre operações		99	-	-
Obrigações fiscais (tributos a recolher)	2.1 / 15	3.180	2.577	2.241
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.083	-	-
Demais obrigações fiscais federais		2.097	2.545	2.216
Obrigações fiscais municipais		-	32	25
Obrigações sociais (encargos a recolher)		494	571	496
Débitos diversos		1.668	3.886	3.692
Obrigações trabalhistas (salários, férias e honorários)		1.390	2.466	2.498
Fornecedores de bens e serviços		218	958	997
Outras contas a pagar		60	462	197
Não circulante		28.954	10.988	11.445
Provisões para ações judiciais (contingências)	16	2.217	2.008	1.990
Tributos e encargos a recolher	17	9.237	8.980	9.455
Outras exigibilidades	12	17.500	-	-
TOTAL PASSIVO		40.195	27.074	27.105
Capital social	18.1	20.237	9.237	6.537
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	2.700
Reservas de lucros	2.1 / 18.2	2.779	809	809
Prejuízos acumulados	18.3	-	(1.923)	(7.742)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		23.016	8.123	2.304
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.1	63.211	35.197	29.409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

(em milhares de reais)

	Nota	Exercício findo em 31 de dezembro de	
		2018	2017 (reapresentados)
Contraprestações efetivas de operações com planos de assistência à saúde	2.1 / 19	105.300	100.734
Contraprestações líquidas		112.972	106.612
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde		(7.672)	(5.878)
Eventos indenizáveis líquidos	20	(31.018)	(30.875)
Variação da provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)	20	1	25
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		74.283	69.884
Outras receitas operacionais		8	184
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		8	184
Outras despesas operacionais		(3.349)	(5.139)
Encargos sociais sobre serviços	20	(132)	(1.193)
Materiais odontológicos	2.1 / 20	(370)	(1.183)
Demais custos operacionais	20	(15)	-
Provisão para perdas sobre créditos	2.1	(2.832)	(2.763)
RESULTADO BRUTO		70.942	64.929
Despesas de comercialização		(8.130)	(8.142)
Despesas administrativas	2.1 / 21	(36.444)	(36.301)
Resultado financeiro líquido	2.1 / 22	(800)	(1.083)
Receitas financeiras		922	433
Despesas financeiras		(1.722)	(1.516)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		25.568	19.403
Imposto de renda e contribuição social	2.1 / 23	(7.932)	(5.689)
Corrente		(8.673)	(5.775)
Diferido		741	86
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.1	17.636	13.714

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

(em milhares de reais)

	Nota	Exercício findo em 31 de dezembro de	
		2018	2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		17.636	13.714
Outros resultados abrangentes	2.1	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.1	17.636	13.714

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa (método indireto)

(em milhares de reais)

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2018	2017
	(reapresentados)	
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	17.636	13.714
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Provisão de prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG)	(3)	778
Variação da provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)	(1)	(25)
Depreciações e amortizações	592	522
Provisão para redução ao valor de mercado	881	-
Variações monetárias líquidas	633	407
Resultado na alienação de imobilizado e investimentos	420	5
Provisão para perdas sobre créditos	2.832	2.763
Provisão de imposto de renda e contribuição social	7.932	5.689
Caixa gerado nas operações	30.922	23.853
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras)	(10.722)	(5.859)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde (clientes)	(3.349)	(2.982)
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	(8)	-
Créditos tributários e previdenciários (tributos a recuperar)	1.006	654
Bens e títulos a receber (outras contas a receber)	5.688	9
Despesas antecipadas	(10)	-
Realizável a longo prazo (não circulante)	1.486	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Provisão de eventos/sinistros a liquidar (PESL)	(3.302)	(932)
Débitos de operações de assistência à saúde	153	-
Obrigações fiscais (tributos a recolher)	(480)	336
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.590)	(5.775)
Obrigações sociais (encargos a recolher)	(77)	75
Débitos diversos	(2.218)	(541)
Exigível a longo prazo (não circulante)	(287)	(457)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	11.212	8.381
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de imobilizado	(1.686)	(347)
Imóvel recebido em dação ¹	(7.000)	-
CAIXA APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(8.686)	(347)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(13.903)	(7.912)
Integralização de capital	11.000	-
CAIXA APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(2.903)	(7.912)
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(377)	122
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo inicial	708	586
Saldo final	331	708
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(377)	122

¹Imóvel recebido em dação para liquidação de valores a receber relativos à imóveis das antigas sócias, veículos, direitos creditórios e estoques de materiais decorrente do processo de aquisição da Empresa pela OdontoPrev.

²Conforme RN 435/2018 da ANS para efeito de publicação das demonstrações contábeis é facultada a utilização do fluxo de caixa pelo método indireto.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

(em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros					Patrimônio líquido
		Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	
01 DE JANEIRO DE 2017 (REAPRESENTADO)		6.537	2.700	236	573	(7.742)	2.304
Aumento de capital		2.700	(2.700)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício (reapresentado)	2.1	-	-	-	-	13.714	13.714
Dividendos pagos	18.4	-	-	-	-	(7.160)	(7.160)
Juros sobre capital próprio	18.4	-	-	-	-	17	17
Juros sobre capital próprio pagos	18.4	-	-	-	-	(752)	(752)
31 DE DEZEMBRO DE 2017 (REAPRESENTADO)	2.1	9.237	-	236	573	(1.923)	8.123
Aumento de capital em 28 de setembro de 2018	18.1	11.000	-	-	-	-	11.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	17.636	17.636
Dividendos pagos	18.4	-	-	-	(3)	(13.191)	(13.194)
Juros sobre capital próprio	18.4	-	-	-	-	160	160
Juros sobre capital próprio pagos	18.4	-	-	-	-	(709)	(709)
Constituição reserva legal	18.3	-	-	519	-	(519)	-
Constituição reserva de lucros	18.3	-	-	-	1.454	(1.454)	-
31 DE DEZEMBRO DE 2018		20.237	-	755	2.024	-	23.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional e informações gerais

A Odonto System Planos Odontológicos Ltda. (Empresa ou Odonto System), sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará - Brasil, na Avenida Desembargador Moreira, nº 2.120, 17º andar, Edifício Equatorial Trade Center, iniciou suas operações em 09 de maio de 1989 e tem por objeto social a operação de planos odontológicos.

Em 07 de agosto de 2018 foi concluída a aquisição da totalidade das cotas da Odonto System pela Odontoprev S.A. (OdontoPrev). A transação foi aprovada, sem restrições, pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A Empresa enquadra-se como operadora odontológica no segmento terciário de acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 39 da ANS de 27 de outubro de 2000.

Aprovação das demonstrações financeiras

A aprovação das demonstrações financeiras da Empresa pelos sócios ocorreu em 14 de março de 2019.

2. Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

2.1 Elaboração e apresentação

(i) Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS, as quais abrangem as normas instituídas pela própria Agência e os pronunciamentos emitidos pelo CPC quando referendados e aprovados pela ANS, segundo a premissa de continuidade. Tais demonstrações foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas da ANS.

(ii) Reapresentação das cifras comparativas

A Empresa realizou diversos ajustes em julho de 2018, data-base do balanço de fechamento considerado no processo de aquisição pela OdontoPrev, sendo os de maior relevância: (i) provisão de prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG) determinada pela ANS desde 2015, conforme RN 393/15 (notas 2.7 e 14.2), (ii) provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) (nota 7), (iii) atualização monetária parcelamentos (REFIS) (notas 15 e 17). Tais procedimentos equivalem a correção de erros e em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, apuramos e evidenciamos os impactos relativos aos períodos comparativos, sendo um resumo dos efeitos dessas reapresentações destacado a seguir:

Odonto System Planos Odontológicos Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017

	31 de dezembro de 2017		
ATIVO	Apresentados anteriormente	Ajustes	Reapresentados
Circulante	24.549	(1.495)	23.054
Disponível (caixa e equivalentes de caixa)	708	-	708
Realizável	23.841	(1.495)	22.346
Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado)	12.750	-	12.750
Créditos de operações com planos de assistência à saúde (clientes)	4.732	(2.742)	1.990
Créditos tributários e previdenciários (tributos a recuperar)	481	1.247	1.728
Bens e títulos a receber (outras contas a receber)	5.878	-	5.878
Não circulante	11.655	488	12.143
Realizável a longo prazo	9.640	488	10.128
Ativos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social)	-	488	488
Outros ativos não circulantes	9.640	-	9.640
Imobilizado	1.704	-	1.704
Intangível	311	-	311
TOTAL DO ATIVO	36.204	(1.007)	35.197

	31 de dezembro de 2017		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Apresentados anteriormente	Ajustes	Reapresentados
Circulante	12.129	3.957	16.086
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	4.511	4.541	9.052
Provisão de prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG)	-	4.541	4.541
Provisão de eventos/sinistros a liquidar (PESL)	4.426	-	4.426
Provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)	85	-	85
Obrigações fiscais (tributos a recolher)	3.161	(584)	2.577
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.044	(1.044)	-
Demais obrigações fiscais federais	1.994	551	2.545
Obrigações fiscais municipais	123	(91)	32
Obrigações sociais (encargos a recolher)	571	-	571
Débitos diversos	3.886	-	3.886
Não circulante	9.249	1.739	10.988
Provisões para ações judiciais (contingências)	2.008	-	2.008
Tributos e encargos a recolher	7.241	1.739	8.980
TOTAL PASSIVO	21.378	5.696	27.074
Capital social	9.237	-	9.237
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-
Reservas de lucros	5.589	(4.780)	809
Prejuízos acumulados	-	(1.923)	(1.923)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.826	(6.703)	8.123
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	36.204	(1.007)	35.197

Odonto System Planos Odontológicos Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Demonstração de resultado em 31 de dezembro de 2017

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017		
	Apresentados anteriormente	Ajustes	Reapresentados
Contraprestações efetivas de operações com planos de assistência à saúde	101.461	(727)	100.734
Contraprestações líquidas	107.390	(778)	106.612
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde	(5.929)	51	(5.878)
Eventos indenizáveis líquidos	(30.875)	-	(30.875)
Variação da provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)	25	-	25
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	70.611	(727)	69.884
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.009)	(1.183)	(2.192)
Provisão para perdas sobre créditos	(4.196)	1.433	(2.763)
RESULTADO BRUTO	65.406	(477)	64.929
Despesas de comercialização	(8.142)	-	(8.142)
Despesas administrativas	(37.484)	1.183	(36.301)
Resultado financeiro ¹	(1.818)	735	(1.083)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	17.962	1.441	19.403
Imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro	(6.022)	333	(5.689)
Corrente	(6.022)	247	(5.775)
Diferido	-	86	86
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	11.940	1.774	13.714

¹O montante de R\$735 corresponde a reversão da despesa de juros sobre capital próprio para fins de apresentação.**(c) Demonstração do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2017**

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017		
	Apresentados anteriormente	Ajustes	Reapresentados
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	11.940	1.774	13.714
Outros resultados abrangentes	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	11.940	1.774	13.714

(d) Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2017

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017		
	Apresentados anteriormente	Ajustes	Reapresentados
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período	11.940	1.774	13.714
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Provisão de prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG)	-	778	778
Variação da provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)	(25)	-	(25)
Depreciações e amortizações	522	-	522
Variações monetárias líquidas	407	-	407
Resultado na alienação de imobilizado e investimentos	5	-	5
Provisão para perdas sobre créditos	4.196	(1.433)	2.763
Provisão de imposto de renda e contribuição social	6.022	(333)	5.689
Caixa gerado nas operações	23.067	786	23.853
Redução (aumento) nos ativos operacionais	(8.852)	674	(8.178)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde (clientes)	(2.982)	-	(2.982)
Demais ativos operacionais	(5.870)	674	(5.196)
Aumento (redução) nos passivos operacionais	(5.834)	(1.460)	(7.294)
Obrigações fiscais	7	329	336
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.103)	(672)	(5.775)
Demais passivos operacionais	(738)	(1.117)	(1.855)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	8.381	-	8.381
CAIXA APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(347)	-	(347)
CAIXA APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(7.912)	-	(7.912)
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	122	-	122
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Saldo inicial	586	-	586
Saldo final	708	-	708
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	122	-	122

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (moeda funcional). Tais demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$).

2.3 Ativos circulantes

2.3.1 Classificação

(a) Disponível (caixa e equivalentes de caixa)

Caixa corresponde as disponibilidades que inclui dinheiro em caixa e em bancos, bem como numerários em trânsito que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da Empresa sem restrições para o uso imediato (nota 5).

Equivalentes de caixa são ativos de alta liquidez, que são mantidos para atender a compromissos de caixa de curto prazo, os quais possuem vencimentos originais em até três meses de sua aquisição com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado)

Um ativo financeiro é classificado ao valor justo através do resultado quando a Empresa gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Tais ativos financeiros correspondem a aplicações financeiras contabilizadas no ativo circulante (notas 4.1.1 e 6) e mudanças em seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(c) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Empresa compreendem os créditos de operações com planos de assistência à saúde (nota 7).

São registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestações líquidas no resultado ou à conta de provisão de prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG) no passivo circulante, conforme período de cobertura do risco dos contratos vigentes na data do balanço e pelos valores a receber referentes a ressarcimento de eventos.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos pelo valor justo, sendo que os custos, os ganhos e perdas decorrentes da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou os riscos e benefícios da propriedade tenham sido transferidos, significativamente, pela Empresa.

A Empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros (nota 2.3.4).

2.3.3 Estimativa do valor justo

A Empresa aplica o CPC 46 – Mensuração do Valor Justo para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo de acordo com o nível hierárquico, destacados a seguir, e tem como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras (nota 4.1.1).

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados operantes para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: informações para o ativo ou passivo que não são baseadas em variáveis observáveis de mercado.

2.3.4 Recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Empresa avalia no final de cada exercício, se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada, e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem

impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.

A Empresa reconhece uma redução ao valor recuperável sobre contraprestações a receber considerando as faturas em atraso acima de 60 dias para contratos individuais e 90 dias para contratos coletivos, acrescida de um percentual médio de perda apurado em um estudo de comportamento da carteira. As perdas com clientes são registradas na conta "provisão para perdas sobre créditos" no resultado.

Os valores vencidos acima de 180 dias, para os quais não há mais expectativa da Administração para recuperação, são contabilizados como perda efetiva.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por *impairment*, a Empresa mensura a provisão, reduzindo o saldo contábil ao seu valor recuperável e reconhecendo o valor da provisão. Caso, num período subsequente, ocorrer a diminuição do valor da perda por *impairment* e esta puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após ter sido reconhecida, a recuperação e reversão são reconhecidas na demonstração do resultado.

As demais classes de ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis não contêm ativos classificados como *impaired*. A exposição máxima de risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada anteriormente.

2.4 Ativos não circulantes

2.4.1 Realizável a longo prazo - Ativos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social)

Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros quando o valor contábil do ativo for recuperado (nota 10).

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

2.4.2 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear dos bens às taxas anuais (nota 13).

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos no resultado.

2.4.3 Intangível

Refere-se à licenças de uso de *softwares* utilizados na operação da Empresa demonstrados ao custo de aquisição,

deduzidos da amortização acumulada calculada pelo método linear às taxas anuais.

2.5 Recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável (maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso).

2.6 Contratos de planos de assistência odontológica

A Empresa emite contratos de assistência odontológica nos quais assume risco de seguro, que inclui a frequência de utilização e flutuação dos custos odontológicos (notas 4.1 e 4.2).

2.7 Provisões técnicas de operações de assistência odontológica

Conforme RN 393/2015 da ANS a Empresa constitui mensalmente no passivo circulante:

- (i) **Provisão de prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG):** calculada “*pro rata die*” com base nas contraprestações emitidas, sendo apropriada ao resultado de acordo com o período de cobertura do risco (nota 14.2).
- (ii) **Provisão de eventos/sinistros a liquidar (PESL):** classifica os eventos a liquidar com operações de assistência odontológica. Os custos dos serviços prestados são registrados com base nas notificações dos prestadores de serviços da rede credenciada quando da análise da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, em contrapartida a conta de resultado de “eventos indenizáveis líquidos” (nota 14.2).
- (iii) **Provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA):** o cálculo da PEONA foi elaborado com base em metodologia atuarial a partir da estruturação de triângulos de desenvolvimento dos registros de sinistros por ocorrência dos eventos (triângulos de “*run off*”). O objetivo deste cálculo atuarial é estimar o total esperado dos valores de eventos ainda não conhecidos para um determinado período de ocorrência (nota 14.2).

2.8 Comercialização sobre operações

Compromissos relacionados a prestadores de serviços de intermediação de planos, comissões a pagar, em sua maioria liquidados mensalmente.

2.9 Tributos e encargos a recolher

- (i) **Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 ao ano e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais (notas 15 e 22). A CSLL é calculada à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado (notas 15 e 23).
- (ii) **Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** calculadas com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente e constituídas às alíquotas de 0,65% e 4,0% respectivamente (nota 15).

- (iii) **Imposto Sobre Serviços (ISS):** calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, constituída à alíquota de 2,0% a 5,0% (nota 15).

2.10 Débitos diversos

Obrigações trabalhistas (salários, férias, honorários), fornecedores de bens e serviços, adiantamentos de clientes, e contas a pagar diversas.

Fornecedores de bens e serviços referem-se a obrigações a liquidar adquiridas no curso normal dos negócios sendo registrados no passivo circulante, exceto se o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, classificadas no passivo não circulante.

2.11 Provisões para ações judiciais (contingências)

A Empresa avalia suas contingências passivas de acordo com as determinações emanadas pelo pronunciamento contábil CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, no qual apenas os processos estimados como “perdas prováveis”, baseados na opinião dos assessores jurídicos internos e externos sobre a causa das ações, na similaridade com processos anteriores, na complexidade da causa e na jurisprudência em casos semelhantes, 100% dos valores pretendidos são provisionados (nota 16).

2.12 Capital social

Composto por quotas de valor nominal de R\$1,00 subscrito e totalmente integralizado (nota 18.1).

2.13 Reconhecimento das receitas

(a) Contraprestações efetivas

São receitas provenientes das operações de planos privados de assistência odontológica na modalidade de pré-pagamento, obrigatoriamente apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário “*pro-rata die*” do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura (nota 19). As parcelas das contraprestações correspondentes aos dias do período de cobertura futuro estão contabilizadas na conta de PPCNG (notas 2.7 e 14.2).

(b) Financeiras

Referem-se basicamente ao resultado gerado pelas receitas oriundas de aplicações financeiras (nota 21).

2.14 Eventos indenizáveis líquidos

Os serviços prestados pelos profissionais e pelas clínicas conveniadas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência, quando do recebimento e análise das notificações da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, juntamente com a constituição da PEONA. Os custos com operação da rede própria de atendimento odontológico são reconhecidos no resultado pelo regime de competência (nota 20).

2.15 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio (JCP)

A destinação do lucro líquido do exercício é reconhecida contabilmente quando de sua deliberação pelos quotistas.

2.16 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente: em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018, introduz uma estrutura abrangente para determinar critérios de reconhecimento e mensuração, substituindo as atuais normas para o reconhecimento de receitas. As receitas de contratos de seguros e planos odontológicos estão fora do alcance do CPC 47 e serão tratadas no escopo do IFRS 17 – Contratos de Seguros e respectivo CPC, o qual entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2022. A Administração concluiu que não houve impacto material do CPC 47 sobre as demonstrações contábeis.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros: em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018, substitui as orientações existentes no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*.

A Administração concluiu que suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro, diante disso, a Empresa optou pelo benefício da isenção temporária do CPC 48, (adoção a partir de 01 de janeiro de 2022) permitida pela Revisão CPC de 12 de dezembro de 2017. Mantendo aplicação do CPC 38.

CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2) entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 01 de janeiro de 2019.

A Empresa pretende adotar o método de transição onde o valor do ativo do direito de uso é reconhecido pelo valor equivalente ao passivo de arrendamento no reconhecimento inicial (item C8(b) (ii) do CPC 06 (R2)). Dessa forma, a transição para o CPC 06 (R2) acarretará uma variação não superior a 8% do Ativo Total, sem impactos no Patrimônio Líquido inicial.

IFRS 17 – Contratos de seguros: com vigência em 01 de janeiro de 2022, substituirá o CPC 11 e objetiva contribuir com os investidores e outros *stakeholders* a melhor entender aspectos como exposição ao risco, rentabilidade e posição financeira. A Empresa está avaliando o impacto total de sua adoção.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, sendo as revisões reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem: (i) avaliação de passivos de seguros (notas 2.7 e 14) e (ii) avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas (notas 2.11 e 16).

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material incluem: (i) cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros (notas 2.3.4 e 7), (ii) avaliação de créditos tributários diferidos (notas 2.4.1 (a) e 10) e (iii) cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros (nota 2.5).

4. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Empresa mencionados a seguir são gerenciados por diferentes departamentos e contemplam estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela Administração.

4.1 Fatores de risco financeiro

4.1.1 Risco de mercado (taxa de juros)

Advém da possibilidade da Empresa estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor justo do portfólio das aplicações financeiras.

A Empresa adota a política de aplicação em fundos de curto prazo obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas e incluem a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a RN 392/2015, alterada pela RN 419/2016, ambas da ANS, para a garantia das provisões técnicas. A carteira de aplicações financeiras da Empresa está exposta à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico.

Em 31 de dezembro de 2018, 99,1% dos recursos da Empresa estão aplicados em fundos de investimentos (43,1% em 31 de dezembro de 2017), tais fundos são impactados substancialmente pela variação da taxa SELIC.

Em atendimento ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação, a Empresa realizou análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, com base na variação da taxa SELIC, conforme destacado no quadro a seguir:

	31 de dezembro de 2018			Total de aplicações financeiras
	Indexados à SELIC			
	SELIC (a.a) ¹	Certificados de depósitos bancários (CDBs)	Fundos de investimentos (FI renda fixa)	
Nível hierárquico ²		2	2	
Aplicações		211	23.261	23.472
Projeção rentabilidade próximos 12 meses:				
Provável	6,55%	14	1.524	1.538
Queda 25%	4,91%	10	1.143	1.153
Queda 50%	3,28%	7	762	769
Elevação 25%	8,19%	17	1.904	1.921
Elevação 50%	9,83%	21	2.285	2.306

¹Baseada nas curvas de juros disponibilizadas pela B3 S.A. Brasil Bolsa Balcão.

²Classificação nível hierárquico (nota 2.3.3).

Certificados de depósitos bancários (CDBs): distribuição e classificação

	<i>Ratings das instituições financeiras</i>									
	31 de dezembro	Rendimento	31 de dezembro	Rendimento	Fitch		Moody's		S&P	
	de 2018	% do CDI	de 2017	% do CDI	CP	LP	CP	LP	CP	LP
Caixa Econômica Federal	-	100,8%	346	100,8%	F1+	AA	NP	Ba3	brA-1+	brAAA
Itaú Unibanco S.A.	120	94,0%	284	94,0%	F1+	AAA	NP	Ba3	brA-1+	brAAA
Banco Bradesco S.A.	91	94,0%	6.628	94,0%	F1+	AAA	NP	Ba3	brA-1+	brAAA
	211		7.258							

4.1.2 Risco de crédito

Advém da possibilidade da Empresa não receber os valores decorrentes das aplicações financeiras e contraprestações (notas 6 e 7). A Empresa monitora permanentemente o nível de suas contas a receber e apura provisão para perdas sobre créditos (nota 2.3.4).

4.1.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez visa monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Empresa e dos seus instrumentos financeiros, elaborando análises de fluxo de caixa projetado e revisando periodicamente as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas.

Os recebimentos que compõem o fluxo de caixa da Empresa são oriundos, basicamente, dos contratos coletivos e individuais na modalidade pré-pagamento, que prevê a liquidação da mensalidade em contrapartida ao direito de utilização do benefício, o que ocorre em sua maioria no início de cada mês.

4.2 Risco legal e regulatório - capital

A Empresa executa suas atividades de gestão de risco de capital com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios determinados pela ANS (nota 14.1).

5. Disponível (caixa e equivalentes de caixa)

	31 de dezembro de	
	2018	2017
Caixa	5	6
Bancos conta movimento	169	702
Aplicações de liquidez imediata	157	-
	331	708

6. Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado)

	31 de dezembro de	
	2018	2017
Certificados de depósitos bancários (CDBs)	211	7.258
Fundos de investimentos (FI renda fixa)	23.261	5.492
	23.472	12.750

CDBs: títulos pós-fixados, indexados à taxa diária de juros dos certificados de depósitos interbancários os quais apresentam, em sua maioria, liquidez diária (nota 4.1.1).

Fundos de investimentos: cotas de fundos de investimentos que são valorados com base nas informações divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Movimentação das aplicações financeiras - Valor justo através do resultado			
	CDBs	FI renda fixa	Total
31 de dezembro de 2016	4.842	2.049	6.891
Aplicações	3.412	64.985	68.397
(-) Resgates	(1.202)	(61.735)	(62.937)
Rendimentos	206	193	399
31 de dezembro de 2017	7.258	5.492	12.750
Aplicações	1.249	110.183	111.432
(-) Resgates	(8.439)	(93.021)	(101.460)
Rendimentos	143	607	750
31 de dezembro de 2018	211	23.261	23.472

Suficiência das aplicações financeiras garantidoras		
	31 de dezembro de	
Provisões técnicas	2018	2017
PESL (acima de 30 dias)	25	-
PEONA	84	85
Vínculo exigido pela ANS	109	85
PESL (total)	1.124	4.426
PEONA	84	85
Garantia exigida pela ANS	1.208	4.511
Vínculo/garantia das provisões técnicas		
Fundos de investimentos ANS (FI ANS)	5.514	5.241
Aplicações financeiras vinculadas	5.514	5.241

7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde (clientes)

	31 de dezembro de	
	2018	2017
Contraprestações pecuniárias a receber (faturas)	3.453	6.442
Provisão para perdas sobre créditos	(1.833)	(4.552)
Contraprestações pecuniárias a receber, líquida	1.620	1.890
Outros créditos com planos de assistência à saúde	887	100
Créditos de operações com planos de assistência à saúde (clientes)	2.507	1.990

Créditos de operações com planos de assistência à saúde por idade de vencimento				
Vencimento	Faturas e outros créditos	Provisão para perdas sobre créditos	31 de dezembro de	
			2018	2017
A vencer	773	-	773	101
Vencidos até 30 dias	1.873	(139)	1.734	1.755
Vencidos de 31 a 60 dias	481	(481)	-	134
Vencidos de 61 a 90 dias	280	(280)	-	-
Vencidos acima de 91 dias	933	(933)	-	-
	4.340	(1.833)	2.507	1.990

Odonto System Planos Odontológicos Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Créditos tributários e previdenciários (tributos a recuperar)

	31 de dezembro de	
	2018	2017
IRRF	582	1.515
CSLL	106	191
PIS e COFINS	34	22
	722	1.728

9. Demais créditos a receber

	31 de dezembro de	
	2018	2017
Valores a receber - operações com antigas sócias	-	4.369
Adiantamentos para viagens	-	2
Outros créditos a receber	67	-
Adiantamentos a dentistas	-	14
	67	4.385

10. Ativos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social)

Diferenças temporárias	Classificação	Expectativa de realização	Nota	31 de dezembro de 2017	Debitado (creditado) no resultado	31 de dezembro de 2018
Provisão para perda sobre créditos <i>Impairment</i>	Ativo	Até 12 meses	7	488	(353)	135
	Ativo	-	-	-	300	300
Provisões para contingências	Ativo	Acima de 12 meses	16	-	754	754
Provisões diversas	Ativo	Até 12 meses	-	-	40	40
IRPJ/CSLL diferidos				488	741	1.229
Imposto de renda diferido				359	545	904
Contribuição social diferida				129	196	325
IRPJ/CSLL diferidos				488	741	1.229

11. Depósitos judiciais e fiscais

	31 de dezembro de	
	2018	2017
ISS (nota 17)	5.349	4.360
Previdenciárias e trabalhistas (nota 16)	2.904	2.910
	8.253	7.270

12. Outros créditos a receber a longo prazo e outras exigibilidades

Provisão para riscos potenciais apurados na revisão de procedimentos contábeis, fiscais e trabalhistas, que tem como contrapartida "outras exigibilidades" no passivo não circulante. Constituída pela Odonto System em 07 agosto de 2018 no montante de R\$17.500 quando da conclusão da aquisição pela OdontoPrev (nota 1).

Conforme contrato os antigos sócios da Odonto System em determinadas circunstâncias garante o reembolso de eventuais pagamentos que a OdontoPrev seja obrigada a efetuar. Tais montantes encontram-se garantidos por seguro garantia e carta de fiança.

Odonto System Planos Odontológicos Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de outros créditos a receber correspondiam à valores devidos pelas sócias liquidados na transação com a OdontoPrev.

13. Imobilizado

	Veículos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Edificações	Total de uso próprio	Benfeitorias	Equipamentos de computação	Total de outras imobilizações	Total
31 de dezembro de 2017	189	11	379	50	-	629	290	785	1.075	1.704
Aquisições	-	1.217	179	47	-	1.443	145	98	243	1.686
Imóvel recebido em dação	-	-	-	-	7.000	7.000	-	-	-	7.000
Baixas	(189)	-	(179)	-	-	(368)	-	(52)	(52)	(420)
Depreciações	-	(10)	(46)	(12)	(118)	(186)	(120)	(178)	(298)	(484)
Impairment	-	-	-	-	(881)	(881)	-	-	-	(881)
31 de dezembro de 2018	-	1.218	333	85	6.001	7.637	315	653	968	8.605
Custo de aquisição	-	1.513	829	1.170	7.000	10.512	500	4.766	5.266	15.778
Depreciações acumuladas	-	(295)	(496)	(1.085)	(118)	(1.994)	(185)	(4.113)	(4.298)	(6.292)
Impairment	-	-	-	-	(881)	(881)	-	-	-	(881)
Saldo contábil, líquido	-	1.218	333	85	6.001	7.637	315	653	968	8.605

14. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A ANS estabelece as regras para constituição de provisões técnicas e critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo de acordo com RN 209/2009, alterada pelas RNs 227/2010, 243/2010, 290/2012, 313/2012, 393/2015 e Instrução Normativa (IN) 50/2012.

14.1 Recursos próprios mínimos

- (a) O patrimônio mínimo ajustado (PMA) representa o valor mínimo do patrimônio líquido, calculado a partir da multiplicação do fator K pelo capital-base.
- (b) A margem de solvência (MS) corresponde à suficiência (S) do patrimônio líquido ajustado (PLA) para cobrir o maior montante entre 0,20 vezes a soma dos últimos 12 meses das contraprestações ou 0,33 vezes da média anual dos últimos 36 meses dos eventos líquidos.

Cálculo PMA, PLA, MS e Suficiência (Insuficiência)		
	31 de dezembro de	
	2018	2017
Capital base	8.503	8.146
(x) Fator K ¹	3,23%	3,23%
Patrimônio mínimo ajustado (PMA)	275	263
Patrimônio líquido contábil	23.016	8.123
Obrigações legais ²	224	605
Despesas antecipadas	(149)	-
Intangível	(224)	(311)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	22.867	8.417
(A) 0,20 vezes da soma das contraprestações - últimos 12 meses ³	21.686	21.478
(B) 0,33 vezes da média dos eventos - últimos 36 meses ³	7.004	925
Margem de solvência (MS) total = maior entre (A) e (B)⁴	21.686	21.478
Suficiência/(insuficiência) total⁴ (PLA - MS total)	1.181	(13.061)
MS exigida (%)	70,520%	63,140%
MS exigida (R\$)	15.293	13.561
Suficiência/(insuficiência) exigida (PLA - MS exigida)	7.574	(5.144)

¹Fator K corresponde a classificação: odontologia de grupo, segmento terciário, região 1 conforme anexo RN 209/2009.

² De acordo com a IN 50/2012, o montante das obrigações legais refere-se ao saldo contábil de provisões judiciais.

³Não considera os efeitos mensurados na nota de reapresentação 2.1.

⁴Margem de solvência total deverá ser constituída até 31 de dezembro de 2022 conforme RN 313/2012.

14.2 Movimentação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	PPCNG	PESL	PEONA
31 de dezembro de 2016	3.763	5.358	110
Eventos indenizáveis líquidos	-	30.875	-
Eventos pagos	-	(31.807)	-
Variação de PEONA	-	-	(25)
Contraprestações não ganhas	107.390	-	-
Contraprestações apropriadas ao resultado	(106.612)	-	-
31 de dezembro de 2017	4.541	4.426	85
Eventos indenizáveis líquidos	-	31.018	-
Eventos pagos	-	(34.320)	-
Variação de PEONA	-	-	(1)
Contraprestações não ganhas	112.969	-	-
Contraprestações apropriadas ao resultado	(112.972)	-	-
31 de dezembro de 2018	4.538	1.124	84

15. Obrigações fiscais (tributos a recolher)

	31 de dezembro de	
	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.083	-
IRPJ	768	-
CSLL	315	-
Demais obrigações fiscais federais	2.097	2.545
PIS, COFINS e CSLL (PCC)	6	319
IRRF	849	237
Parcelamento de tributos (REFIS)	1.242	1.603
Outras	-	386
Obrigações fiscais municipais	-	32
	3.180	2.577

16. Provisões para ações judiciais (contingências)

	31 de dezembro de	
	2018	2017
Previdenciárias e trabalhistas	2.052	1.853
Cíveis	164	154
Fiscais	1	1
	2.217	2.008

Movimentações	31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2017
	Fiscal	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total	
Saldo inicial	1	1.853	154	2.008	1.990
Adições	-	809	10	819	18
Baixas	-	(610)	-	(610)	-
Provisão	1	2.052	164	2.217	2.008
Depósitos judiciais (nota 11)	-	(2.904)	-	(2.904)	(2.910)
Provisão líquida	1	(852)	164	(687)	(902)

Os valores relativos as perdas possíveis não provisionados na Empresa referem-se a 12 processos trabalhistas, 5 processos tributários e 513 processos cíveis (não relacionados a tratamentos realizados aos beneficiários dos planos odontológicos). Em 31 de dezembro de 2018 totalizam R\$ 4.147.

17. Tributos e encargos

	31 de dezembro de	
	2018	2017
Parcelamentos de tributos (REFIS)	3.888	4.562
ISS	5.349	4.418
Tributos e encargos	9.237	8.980
Depósito judicial ISS (nota 11)	(5.349)	(4.360)
Tributos e encargos, líquido	3.888	4.620

18. Patrimônio líquido

18.1 Capital social

	31 de dezembro de	
	2018	2017
Capital social subscrito e integralizado (R\$ mil)	20.237	9.237
Número de quotas (qtd.)	20.237	9.237
Preço da quota (R\$/quota)	1,00	1,00

Em 27 de setembro de 2018 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$11.000, com a emissão de 11.000 quotas no valor nominal de R\$1,00 cada.

18.2 Reservas de lucros

	31 de dezembro de	
	2018	2017
Reserva legal	755	236
Reserva de retenção de lucros	2.024	573
	2.779	809

Reserva legal: constituída obrigatoriamente pela Empresa com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até que seu valor atinja 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros: constituída após destinação da reserva legal e distribuição de lucros e juros sobre capital próprio.

18.3 Movimentação dos lucros/prejuízos acumulados

	Companhia	
	31 de dezembro de	
	2018	2017
Lucro líquido do exercício	17.636	13.714
Proposta de destinação do lucro:	(17.636)	(15.637)
Prejuízos acumulados	(1.923)	(7.742)
Reserva legal	(519)	-
Juros sobre capital próprio - ajuste	160	-
Juros sobre capital próprio	(709)	(735)
Dividendos ¹	(13.191)	(7.160)
Constituição reserva de lucros	(1.454)	-
	-	(1.923)

¹O total de dividendos em 2018 é de R\$13.194, incluindo R\$3 de reservas de lucros.

18.4 Deliberações

Data	Data do pagamento	Deliberação		Total (JCP + DIV)
		Juros sobre capital próprio (JCP)	Dividendos (Div)	
31/01/2017	31/01/2017	50	512	562
28/02/2017	28/02/2017	62	920	982
30/03/2017	30/03/2017	64	523	587
30/04/2017	30/04/2017	64	517	581
31/05/2017	31/05/2017	64	511	575
30/06/2017	30/06/2017	64	561	625
31/07/2017	31/07/2017	64	513	577
31/08/2017	31/08/2017	64	611	675
30/09/2017	30/09/2017	64	359	423
31/10/2017	31/10/2017	64	811	875
30/11/2017	30/11/2017	64	511	575
31/12/2017	31/12/2017	64	811	875
31 de dezembro de 2017		752	7.160	7.912
31/01/2018	31/01/2018	57	1.911	1.968
28/02/2018	28/02/2018	83	2.510	2.593
30/03/2018	30/03/2018	83	1.900	1.983
30/04/2018	30/04/2018	82	4.800	4.882
31/05/2018	31/05/2018	82	2.073	2.155
30/06/2018	30/06/2018	81	-	81
31/08/2018	31/08/2018	241	-	241
31 de dezembro de 2018		709	13.194	13.903

19. Contraprestações efetivas de operações com planos de assistência à saúde (receitas de vendas)

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2018	2017
Contraprestações líquidas	113.177	106.714
Descontos e cancelamentos	(205)	(102)
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde	(7.672)	(5.878)
	105.300	100.734

20. Custo de serviços

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2018	2017
Eventos indenizáveis líquidos	(31.018)	(30.875)
Encargos sociais sobre serviços	(132)	(1.193)
Materiais odontológicos	(370)	(1.183)
Demais receitas/(custos) operacionais	(7)	184
Variação da PEONA	1	25
	(31.526)	(33.042)

21. Despesas administrativas (DA)

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2018	2017
Pessoal e serviços de terceiros	(27.639)	(28.375)
Localização e funcionamento	(4.273)	(6.048)
Publicidade e propaganda	(487)	(246)
Taxas e tributos	(1.322)	(865)
Depreciações e amortizações	(592)	(522)
Provisão para desvalorização	(881)	-
Outras	(1.250)	(245)
	(36.444)	(36.301)

22. Resultado financeiro líquido

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2018	2017
Rendimentos de aplicações financeiras	750	399
Atualizações monetárias	120	-
Descontos obtidos	52	34
Receitas financeiras	922	433
Tarifas bancárias e outras	(1.401)	(284)
Multas e juros	(321)	(1.232)
Despesas financeiras	(1.722)	(1.516)
	(800)	(1.083)

23. Cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2018	2017
Base de cálculo IRPJ e CSLL	25.568	19.403
(x) Alíquota vigente (%)	34	34
Expectativa de despesas de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(8.693)	(6.597)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes/temporárias:		
Provisão de contingências judiciais	754	683
Provisão redução valor recuperável ativo	300	-
Provisão para perdas de crédito	(353)	(487)
ISS depósito judicial	336	-
Juros sobre capital próprio	187	250
Outras	(463)	462
Despesa de IRPJ e CSLL correntes	(8.673)	(5.775)
Despesa de IRPJ e CSLL diferidos	741	86
Despesa de IRPJ e CSLL total	(7.932)	(5.689)
Alíquota efetiva	-31,0%	-29,3%

24. Fluxo de caixa

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de plano de saúde	109.674	105.261
Resgate de aplicações financeiras (nota 6)	100.710	62.538
Recebimentos de juros de aplicações financeiras (nota 6)	750	399
Outros recebimentos operacionais	2.342	27
Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviços de saúde (nota 14.2)	(34.240)	(31.807)
Pagamentos de comissões	(8.031)	(7.386)
Pagamentos de pessoal	(18.165)	(24.213)
Pagamentos de pró-labore	(197)	-
Pagamentos de serviços de terceiros	(4.785)	(4.198)
Pagamentos de tributos	(19.112)	(12.890)
Pagamentos de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(1.922)	(1.448)
Pagamentos de aluguel	(1.335)	(1.749)
Pagamentos de promoção/publicidade	(487)	(230)
Aplicações financeiras (nota 6)	(112.182)	(68.796)
Outros pagamentos operacionais	(8.965)	(7.479)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.055	8.029
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos de venda de ativo imobilizado - outros	-	352
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - outros (nota 13)	(1.686)	(347)
CAIXA (APLICADO)/GERADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.686)	5
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de capital em dinheiro (DMPL)	11.000	-
Outros pagamentos das atividades de financiamento (DMPL)	(13.903)	(7.912)
CAIXA APLICADO EM ATIVIDADE DE FINANCIAMENTOS	(2.903)	(7.912)
(REDUÇÃO)/AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(534)	122
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		
Saldo inicial	708	586
Saldo final	174	708
(REDUÇÃO)/AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(534)	122
Ativos livres no início do período	8.217	7.016
Ativos livres no final do período	18.289	8.217
AUMENTO NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS – RECURSOS LIVRES	10.072	1.201
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (método direto)	4.055	8.029
(+/-) Valores classificados de forma distinta entre os métodos		
Recebimentos de venda de ativo imobilizado - outros	-	352
Imóvel recebido em dação	7.000	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata	157	-
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (método indireto)	11.212	8.381

25. Eventos subsequentes

Em 02 de janeiro de 2019 a incorporação da Odonto System pela OdontoPrev foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a qual foi submetida à aprovação final da ANS.